

## **EPISTEMOGRAFIA: UMA PRÁTICA EFETIVA DA HISTÓRIA**

*Leonardo de Melo Rodrigues\**

**RESUMO:** Neste artigo procuramos destacar a importância da epistemografia na confecção das histórias efetivas. Propondo que este campo de pesquisa, pouco assimilado no interior do pensamento histórico, muitas novidades criativas pode suscitar, pensamos a relação positiva que existe entre a epistemografia, os acontecimentos e a história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistemologia. Epistemografia. Transformações do Saber.

**ABSTRACT:** In this article we intend to outline the importance of epistemography in the process of making effective histories. By proposing that this research field, which is little explored in the economy historical thinking, may bring such creative news. We will think about the positive relation that exists among epistemography, facts and history.

**KEYWORDS:** Epistemology. Epistemography. Knowledge Transformations.

Muitas questões interiores ao campo da disciplina histórica, como o negacionismo, a lógica do possível, o consenso, o realismo, deram uma verdadeira sacudida nos pressupostos adotados pelos historiadores. Os excessos do relativismo levaram a descrédito no modo de verdade do trabalho do historiador. O descrédito nem foi tanto graças aos questionamentos “pós-modernos”. O fato

---

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

de vários países adotarem leis que proíbem enunciar o não-ser do holocausto, afirmar sua inexistência, no mínimo, é um problema relevante para o historiador e para a racionalidade historiadora, pois foi preciso que a instância do Direito intercedesse no espaço da história. O descrédito decorrente dessa intervenção, sorrateiramente instala o exercício do pensamento histórico num meio de inefetividade. Acresce-se a isso que parte dos estudos culturais, estes apoiados nas políticas identitárias decorrentes, foram alvos de investimentos das linhas do capital, transformando a cultura em objeto de consumo. Enunciados do fim e do nada cruzam a história igualmente. A partir destes pontos, levantamos a questão: como a epistemografia surge como prática de uma história efetiva? Pois, numa era de relativismo, de negação, de proclamação do fim da história, é a história mesma que deixa de ser efetiva, que se perde na existência não-efetiva. Partindo da epistemografia, procuramos compor uma forma efetiva de atuação da história, e do saber histórico, que leve em conta a efetividade das mudanças, dos desvios e dos acontecimentos.

Acerca da epistemografia, entendemos como uma *démarche* de um modo específico de produzir história das ciências e dos saberes. E esse modo de fazer de história, ativado por instâncias e usos específicos do saber histórico, pôde atualizar-se na cena de reflexão francesa, em autores diversos, mantendo a singularidade de sua aplicação. Diferente de buscar constantes universais válidas para todos os autores, a marca que procuramos é singular. É um modo de produzir histórias que desperta potências específicas justamente por tomar como ponto problemático da atividade o trato de elementos singulares, os acontecimentos. Entretanto, este modo, embora fincado num saber histórico específico, não é digerido comumente pela própria disciplina histórica. Um exemplo ilustra bem este distanciamento. Sabe-se que na *démarche* epistemográfica toma-se o conceito como objeto da história de um determinado saber ou ciência, como instrumento da reflexão científica ou como regras de formação de sistemas discursivos, tendo os próprios conceitos, a sua própria historicidade. Isto também ocorre em certa medida na disciplina histórica; até aqui não há

problema. Todavia, o empreendimento de uma história efetiva que mostre não só a emergência de objetos novos sob o fundo de uma “inércia linguística”, mas também mostre um novo modo de concepção de objetos dentro da disciplina histórica, dizem os historiadores, é um problema teórico distante do zeloso labor desta disciplina, na medida em que a teoria somente serviria como os pressupostos normativos pelos quais se credita a legitimidade do saber histórico, e também na medida em que a práxis do historiador repousaria na catalogação de arquivos dados, documentos materiais impassíveis ao não-real.

O foco deste trabalho é apresentar como a *démarche* epistemográfica se cria enquanto realização efetiva de uma potência do saber histórico. Mais precisamente: observaremos como pôde uma relação específica da filosofia crítica com o saber histórico produzir uma maneira não só de fazer filosofia, como também de pensar filosoficamente problemas regionais acerca da constituição dos saberes e das ciências, levando em conta a efetividade das rupturas, isto é, da história. A hipótese inicial que serve de ponto problemático é a de que há uma especificidade na maneira de pensar, levando em conta a produção do saber histórico na *démarche* epistemográfica, que não se desvia somente do senso comum, em largo sentido, como se distancia também de pressupostos comuns internos ao saber científico da história, isto é, da história enquanto disciplina. Por senso comum entendemos, grosso modo, uma maneira de pensar estritamente fundada num pensamento identitário, que visa justamente fixar às coisas os seus lugares, uma operação que reduz as multiplicidades singulares sob a figura do mesmo.<sup>1</sup> No senso comum, a história é linear, ela é a história dos grandes homens, a história das origens primordiais, a história do mesmo que se desenrola linearmente pelas épocas.

A diferenciação operada pelo saber histórico desviante, não apenas se instala numa margem exterior às pesquisas historiográficas, como também é esconjurada por uma pedagogia científi-

---

<sup>1</sup> DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ca desta disciplina, a pedagogia do tempo unitário de uma determinada sociedade. Enuncia-se assim o paradoxo implicado na hipótese: virar a história (devir) contra a própria história. Pois qual outra marca da empreita científica da ciência histórica que a objetivação de continuidades temporais sob a superficial dispersão dos acontecimentos, das rupturas? Ou seja, a história, para tornar-se ciência, escrutou as linhas da continuidade: a da formação do Homem no curso linear da história, a dos planos heterogêneos de uma sociedade convergindo numa temporalidade única, enfim, a continuidade progressiva da formação de estratos sociais. E ao levar a empreitada continuísta ao limite, e assim tomar por objetos da disciplina histórica representações totalizantes como “mentalidade”, “massa” e “cotidiano”, conceitos que são automaticamente argumentados em referência a uma experiência imediata irrefutável, a uma similitude da representação geral — conceito dado, imediatamente referenciável — a um passado deveras ocorrido e geneticamente constituinte do presente; é instituída como norma de legitimidade do discurso histórico o culto antropológico às continuidades longínquas, que justamente suprimem a própria história. Este tipo de postura diante do material histórico, a que detecta as continuidades irremovíveis, justifica a diferença entre formações históricas em termos de determinações *a priori*: a tomada de consciência do homem moderno, ilustrado pelos sufrágios universais, demonstraria a falta de discernimento do primitivo em enxergar o que está inscrito nas clarezas das origens e da lei, ou ainda, essa dita história é capaz também de revogar as multiplicidades temporais que atravessam o decurso do tempo, suprimindo o problema histórico por não agregar como corpus documental a história efetiva dos acontecimentos de superfície formados ao acaso dos encontros.

Um dos efeitos desta supressão, que chama atenção pela sua astúcia, é a banalização do pensamento francês de esquerda, mais ou menos conectado com o Maio de 68, em promoções do programa “pós-moderno”. Isto se dá no momento em que estes autores são tomados como fachadas para ilustrar uma revocação ao programa clássico da *razão* representativa.<sup>2</sup> Além de ser uma

aberração universalista pressupor uma unidade da *razão* nos diversos campos de sua aplicação científica, impor à *French Theory* uma subordinação à retrógrada *Razão* clássica, é esvaziá-la de sua potência criativa. Ao enfatizarmos esta crítica ensejamos realçar o quanto tal postura não se atenta para as novidades que são formadas, engendradas, no campo filosófico francês. É preciso ver aí não só uma fixação do mesmo e sim a emergência de uma cisão, de uma diferenciação. Falávamos a pouco acerca do estatuto desviante na maneira de pensar, de fazer filosofia, na França, que se distancia do saber geral do senso comum. Mas somente apontar este desvio não basta, é necessário percorrer seus tênues percursos para podermos aceder à novidade que anunciam. Um ponto específico, para o qual chamaremos a atenção, é decisivo para a dinâmica da novidade: os novos jogos conceituais. Já não se toma mais o conceito como representação, ele é colocado sob o primado do saber histórico. Desse modo, não é mais o conceito subsumido às leis do idêntico, do geral, do universalizante, e sim os conceitos como formas de pensar que levam o pensamento a ultrapassar seus limites, seus obstáculos, via retificação e reformulação, criando assim atos epistemológicos. E na distância aberta pelos jogos conceituais, opera uma maneira de fazer filosofia cuja formação dos conceitos é um processo de criação. E toda criação é um devir histórico.

Afinal de contas, o que vem a ser esta *démarche*, ou melhor, esta disciplina: a epistemografia? E, mais precisamente: quais as novidades que são por ela colocadas em jogo? Utilizo-me da definição desenvolvida por Foucault em "Discussões"<sup>3</sup> tal como ela foi trabalhada por François Delaporte em *Foucault, la epistemología y la historia*.<sup>4</sup> Epistemografia: é "a descrição desses dis-

---

<sup>2</sup> SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. Discussões. In: *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 181-190.

<sup>4</sup> DELAPORTE, François. Foucault, la epistemología y la historia. In: *Filosofía de los acontecimientos*. Trad. Martha Pulido. Medellín: Editorial Universidade de Antioquia, Colômbia; 2002, p. 235-255.

curso que, em uma sociedade, em um momento dado, funcionaram e foram institucionalizados como discursos científicos”.<sup>5</sup> E, de acordo com texto em questão, essa análise dos discursos científicos ocorre em distintos níveis: “epistemonômico”, “epistemocrítico”, “epistemológico” e “arqueológico”.

O nível “epistemonômico” diz respeito às transformações internas ao próprio discurso científico, às reiteraões e revisões a que se submete uma epistemologia científica por ela mesma. É o exercício da normalidade interna presente nos discursos científicos. Exemplo deste nível, diz Foucault, é Michel Serres. Delaporte, para ilustrar este nível, toma um caso da história da medicina. E aponta o que se passou entre a primeira e a segunda edição do livro de Chomel y Andral: a supressão, na segunda edição, das partes em que se admitia a existência de febre sem lesões no tecido. É que entre as publicações houve a emergência da obra de Broussais, 1816, cuja positividade é a refutação da tese, cara à medicina das espécies, de febres essenciais sem lesões no tecido.<sup>6</sup> As febres como inflamações no tecido do corpo humano é uma ideia admissível somente no interior da medicina clínica moderna e não pertence à medicina classificatória. Este tipo de regulação interna do discurso científico é próprio ao nível epistemonômico.

O nível “epistemocrítico” concerne à análise dos discursos científicos perquirindo-lhes se no instante de sua enunciação são verdadeiros ou falsos. Ou seja, este tipo de análise discursiva interessa-se por saber qual sintonia formal um projeto teórico entretêm com uma epistemologia verdadeira. Trata-se aqui, neste nível, de saber se tal enunciado da história das ciências é verdadeiro ou falso, e se determinada proposição se inscreve, ou não, no regime de verdade da época de enunciação.

Os outros dois níveis, mais complexos, demandam mais esforços e serão analisados em pormenor, pois ao traçarmos os contornos destes dois níveis, estaremos falando de duas dimensões

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, p.189.

<sup>6</sup> DELAPORTE, François. *Op. cit.*, p. 235-236.

da *démarche* epistemográfica que se desdobram em conjuntos de enunciados bem delimitados: a epistemologia histórica e a arqueologia foucaultiana. Análises complexas porque trazem, cada uma a sua maneira, novidades decisivas para a reflexão acerca da história da formação dos discursos científicos ou não. Ao realçarmos estas obras esperamos adentrar nas singularidades que compõem de fato o projeto epistemográfico.

Portanto, é impossível falar do nível “epistemológico” sem se instalar naquilo que foi a epistemologia histórica francesa. Os efeitos das obras de Bachelard, Canguilhem, Koyré e Cavailles, expressam um acontecimento que, embora silencioso, reverbera com várias intensidades no campo filosófico francês. Foucault, num artigo de crepúsculo de vida, afirmou que os intelectuais mais ou menos ligados a maio de 68, e não só os filósofos, teriam tido contato com Canguilhem ou com sua obra.<sup>7</sup> Desde já, reiteramos a não redução da disciplina epistemológica a pressupostos gerais e universais, que atravessariam homoganeamente a obra destes autores. É muito mais uma “maneira de fazer” do que uma aplicação de uma razão geral, pois basta ver como as teses bachelardianas, ao serem aplicadas em outros campos de atividade científica, produziram uma diferença na repetição.

Então, mesmo que em traços gerais, o que seria esta transformação no campo filosófico francês? E qual a novidade que emerge deste feito? Seria, tal conjunto, o momento de uma “tomada de consciência” inaudita na história do espírito universal? Ou uma ruptura em relação a este? Enfim, como se coloca a epistemologia em relação à linha de continuidade linear da história do pensamento ocidental? Como analisaremos adiante, é muito mais como uma ruptura, como uma diferenciação que se impõe o acontecimento-epistemologia. O problema, para a epistemologia, não é a constituição de uma razão geral válida universalmente em todos os campos científicos, e sim ver como cada região de cientificidade constrói para si uma racionalidade singular.

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, M. A vida: A ciência e a experiência. In: *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 352-366.

Michel Fichant, em *A epistemologia na França*, afirma que o acontecimento epistemológico histórica se difere tanto da *epistemology* inglesa quanto da teoria alemã do conhecimento<sup>8</sup>. Essa afirmação alinha-se ao ponto de partida pelo qual iniciamos: a existência de um campo filosófico francês extremamente diferenciado, constituído às voltas das teses epistemológicas. O que se entende por esta disciplina, epistemologia, não é a mesma coisa em cada um destes campos; Fichant afirma que para tais campos de especulações filosóficas, mormente dogmáticas e poucos controláveis, como acontecia na Inglaterra e na Alemanha, o centro do interesse se baseava, na maioria dos casos, em questões gerais e universais do espírito humano, tal como o sujeito e o objeto do *cogito* cartesiano. Em termos estritos, a epistemologia diverge-se tanto do empirismo lógico inglês, quanto da teoria do conhecimento alemã.

Por outro lado, o programa da epistemologia se diverge também da “filosofia das ciências”, herança maior na França de August Comte. A linha de distanciamento continua no mesmo sentido ainda: ir contra as pretensões universais da ciência. A epistemologia histórica, em absoluto, não se confunde com o projeto da filosofia positiva. A razão universal se tornou razões regionais; cada ciência constitui para si uma razão singular, ou seja, a racionalidade da biologia difere da racionalidade química, assim como esta se difere da medicina. E isso não é fragmentação da razão, tal como vozes de faces lacrimojantes instaladas em lugares comuns repetem. É, bem antes, a sua pluralização. Pluralizar não é recolher os cacos de um pensamento morto e estéril, é estender as razões sobre linhas de diferenciações singulares.

O conceito epistemologia, no uso que teve na França, constituiu para si um domínio específico, mas é preciso distingui-lo de seus usos não restritos, isto é, de seu passado inatual. Esta palavra já podia ser encontrada em discursos filosóficos ainda no século XIX, em autores vinculados ao projeto de uma filosofia crítica alemã. Neste sentido, utilizavam-na para demarcar um campo da

---

<sup>8</sup> FICHANT, Michel. A epistemologia na França<sup>3</sup>. In: CHATELET, F. *História da filosofia – O século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 124-162.

filosofia que é a teoria do conhecimento. Quando o termo fora introduzido na França, via obra de Émile Meyerson, uma importante referência de distanciamento da epistemologia, ele funcionava como equivalente ao termo filosofia da ciência e encerrava sobre si o conhecimento das generalidades e das leis imutáveis. Isto é, um método geral do conhecer que, abaixo as diferenças entre os campos de atuação científica, erigiria uma constante invariável, uma forma de conhecimento presente em essência em todas as ciências. Assim, as diferenças entre os diversos campos científicos são tomadas por atributos quantitativos: diferem-se em grau a partir de um princípio fundamental. Nesta conduta científica, o fator experimentação encontra-se sempre subsumido a este princípio norteador. As novidades advindas da experimentação, do trabalho científico, ou servem como exemplificações da verdade teórica fundamental, ou, quando fracassam, são utilizações ilegítimas delas. E à filosofia caberia a constituição das categorias e dos princípios.

Um dos traços característicos da epistemologia histórica, que bem demonstra seu posicionamento crítico em relação à postura científica anterior, comum tanto a teoria do conhecimento alemã quanto a *epistemology* inglesa, e ainda, a filosofia positiva francesa do começo do século XX é a subsunção da filosofia aos atuais estágios da ciência.<sup>9</sup> Não é mais uma filosofia que, de fora, pairando acima do trabalho da ciência, lhe ditaria seus rumos e leis; uma filosofia imune aos pequenos avanços e descobertas obtidos no labor diário das ciências. O estatuto do conhecimento filosófico, segundo o modo de operar da epistemologia histórica, desloca a relação da filosofia com as ciências e inverte a ordem hierárquica. Assim, não é a filosofia que deve alimentar a unidade ideal da ciência, é a filosofia, então, que deve ser alimentada pelos estágios atuais da pesquisa científica, dos solos epistemológicos nos quais se encontram as ciências. Desta inversão hierárquica, emerge uma maneira de fazer ciência que se diz epistemológica.

---

<sup>9</sup> BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Trad. Flávia Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 124-125.

Esta mudança do estatuto da filosofia em relação a ciência, novidade velada pela epistemologia, demonstra bem sua especificidade. A filosofia presa a especulações gerais do espírito encontrava-se a deriva em meio às descobertas das ciências no começo do século XX. E tentando dar-lhe um rumo, procuravam situar a filosofia em meio a experiência imediata, segundo uma lógica da utilidade prática, apaziguando as descobertas com o senso comum vigente. Tal postura era o que se dava na filosofia positiva, no empirismo ou ainda na teoria do conhecimento, e é em descontinuidade a este filão que surge a epistemologia histórica.

É a partir da obra de Bachelard que devém a epistemologia histórica. Canguilhem, em “Sobre uma epistemologia concordatária”, situa este acontecimento na cena filosófica francesa: foi em 1927, diz ele.<sup>10</sup> Bachelard dedicou-se, em suas pesquisas filosóficas, a campos bem delimitados: a história da física e da química. É bom salientar que a revolução operada pela obra deste autor, muito ligada a uma maneira específica de se apropriar do saber histórico, não tem ressonância nem relação, ao menos direta, com a escola dos *Annales*, que era a referência científica do saber histórico. Muito menos ela condiz com a utilização de conceitos totalizantes, como “mentalidade”, “cultura” e “razão”, na própria conjuntura da reflexão. Bachelard, no domínio delimitado da física e da química, irá fazer a história de tais disciplinas levando em conta seus estágios de teorizações atuais. Neste caso, a física da relatividade e a química das moléculas carbônicas formarão o ponto de vista do qual irá partir suas análises. Este ponto de vista judicativo apoiado na atualidade da ciência constituirá o horizonte das questões e dos problemas a serem descritos e avaliados pelo discurso da epistemologia histórica.

É preciso ver, com mais precisão, como se põe em jogo o saber histórico na economia da reflexão epistemológica. Mas para isso seria necessário retomar o singular estatuto da filosofia em relação à ciência, no interior deste conjunto. No texto citado de M.

---

<sup>10</sup> CANGUILHEM, Georges. Uma epistemologia concordatária. In: *Tempo Brasileiro*. nº 26-27, 1972, p. 47-56.

Fichant, há uma citação curta e muito incisiva de Bachelard a este respeito: “Somente uma filosofia em estado de alerta pode seguir as modificações profundas do conhecimento científico”.<sup>11</sup> Assim, coordenada pela ciência, a filosofia deve atuar com um papel crítico diferenciado: não mais ordenar os princípios constitutivos da Razão, e sim estar atualizada das regiões de racionalidade abertas pelo novo espírito científico. A reflexão filosófica crítica abdica-se da pesquisa acerca das generalidades e se detém nos materiais oferecidos pela ciência. E esta nova forma de subordinação acarreta mudanças decisivas no modo de fazer filosofia. Instalar a teorização ao nível da prática, da experimentação, assim como se fez nos experimentos científicos, é a recusa a qualquer teoria semipiternamente válida, fora de qualquer agenciamento histórico. Segundo Bachelard, as experimentações teóricas, acumulando nos arquivos cada vez mais quantidade de descrições acerca destes experimentos, são um traço distintivo do novo espírito científico, que tivera emergência em campos de racionalidade como a física quântica ou a química molecular, do começo do século XX. Este novo espírito científico pertence à atualidade de uma ciência que não cansa de ser retificada. Mas, não seria um pouco arriscado retomar um termo tão universal como o “espírito”, para fazer referência a uma disciplina que se forma na derrocada das generalidades? É que já não estamos mais falando sobre as mesmas coisas; o conceito não remete ao mesmo objeto. Não se trata do espírito humano em geral, estamos falando de uma nova postura da ciência em relação ao seu ato de constituição. O novo espírito científico se constitui mediante um salto, uma ruptura. E esta ruptura não é fundadora num sentido original; não é o caso de uma ruptura que desviaria a ciência de uma continuidade e a instalaria em outra novamente harmônica. É a descontinuidade como maneira de fazer ciência; constantes rupturas que não param de se retificar, produzindo, conseqüentemente, novas rupturas. Isto quer dizer que o novo espírito científico devém numa atualidade, num presente que não cessa ele mesmo de ser recriado e reinventado.

---

<sup>11</sup> BACHELARD, Gastón *apud* FICHANT, Michel, *op. cit.*, p.127

A obra de Bachelard, que serviu de forte referência para os epistemólogos posteriores, traz consigo uma nova dinâmica, não só para o campo da filosofia, como também para campos de conhecimento heterogêneos. Bem mais que uma simples relação de influência passiva — o próprio Bachelard fez questão de mostrar o quanto o conceito de influência não explica nada, precisando ele mesmo de ser explicado —, seu pensamento destacou-se e foi merecedor da atenção de seus contemporâneos pelas novidades que sugeria. O próprio autor definiu como atributo da epistemologia um “polifilosofismo” em ato. Ao delinear este conceito, mostra como uma filosofia, uma história da ciência, atenta aos estágios atuais da pesquisa científica, para desviar-se de dogmatismos ingênuos, deve ser em ato construída, tentando desconsiderar tudo que for dado *a priori*. O trabalho do discurso científico como incessante criação, eis o que mostra a novidade da epistemologia. É, portanto, em nome da criação que a epistemologia não admite em sua operação uma teoria prévia, seja ela, empirismo, idealismo, materialismo, formalismo ou mesmo o positivismo. Para Bachelard, trata-se de *racionalismo aplicado*, conjugado com um *materialismo técnico*, o jogo teórico constitutivo da epistemologia. Ou seja, a ciência, para ter uma filosofia que lhe comporte em sua atualidade, não deve carregar consigo uma teoria previamente designada antes mesmo do próprio exercício, deve estar num estado de constante teorização e retificação, mediante experimentação prática. Este estado de constante retificação é a condição da criação na ciência. Fichant é enfático a este respeito: “Reconhecer ao saber científico o estatuto de uma produção, eis o que revoluciona, de fato, todas as problemáticas e coordena ao mesmo tempo todas as teses bachelardianas em torno de um centro bem definido”.<sup>12</sup> Enfim, a novidade da epistemologia não é um dado estático geral, é uma dinâmica de atuação.

Haveria um vetor para esta dinâmica? Ou seria o novo espírito científico um valor idêntico ao relativismo, onde tudo é nada, assim tudo, e logo, nada é válido?

---

<sup>12</sup> FICHANT, Michel, *op. cit.*, p.127.

No prefácio que abre sua obra, intitulada *O novo espírito científico*, Bachelard defende a tese segundo a qual se há um sentido para este novo espírito, esse é justamente um desvio rumo à abstração.<sup>13</sup> É importante ressaltar os campos específicos aos quais se dirigia a reflexão de Bachelard (a química e a física) sendo neles onde melhor se poderia analisar com os métodos da epistemologia. Este caráter abstrativo marca a transformação epistemológica constituinte das ciências modernas. Segundo a epistemologia, esta transformação não é simplesmente a correção e a adaptação do cogito cartesiano; e sim é uma substituição dos conjuntos de racionalidade mediante a transposição dos obstáculos epistemológicos que aprisionavam o pensamento clássico da representação, criando dessa forma atos epistemológicos cuja natureza é específica ao espírito científico moderno. E com isso, rompe-se a obsoleta continuidade do saber rumo a sua verdade adâmica. Submeter as categorias implicadas na produção científica à história, seus conceitos e teorias, é estar atento às novidades que elas podem supor. E quando a ciência moderna — nos referimos aqui a periodização adotada por Bachelard — abandona as categorias caras ao pensamento-representação para trabalhar conceitos com alto grau de abstração, ela se elabora enquanto uma atividade racionalista aplicada na experimentação.<sup>14</sup> E es-

---

<sup>13</sup> BACHELARD, Gaston. *A formação do novo espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rj: Contraponto, 1996.

<sup>14</sup> É bom ressaltar que quando falamos aqui de conceitos com um vetor de abstração intrínseco, de conceitos engendrados a partir de uma abstração constituinte, estamos fazendo uso da noção de abstração não num sentido aristotélico, cujo traço seria a construção de um pensamento abstrato-concreto pautado em operações dualistas como os singular-universal, acidente-essência; mas de acordo com o sentido lhe conferido pelas ciências modernas: uma abstração matematicamente regulada e provada. Sobre essa distância da abstração moderna em relação à abstração clássica ver mais em: Lecourt, D. (Org.). *Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences*. Paris: Presses Universitaires, 1999, verbete *abstraction*. Além disso, a ciência moderna, segundo os marcos epistemológicos, se forma com a teoria da relatividade em física, com a teoria molecular dos átomos carbônicos em química, e não na física newtoniana ou na alquimia como é de se convir numa história da ciência tradicional, cf. Bachelard, 1996.

tabelece, em relação à postura científica dita clássica, distanciamento e rupturas. Ao invés de um nascimento maturado junto à identidade geral de toda origem, as ciências modernas são acontecimentos de pensamento marcados por uma formalização e sistematização bem asseguradas por métodos ainda mais especializados que delimitam com precisão o campo da experimentação.

A emergência da ciência moderna se dá sob a forma de uma explosão criativa: foi preciso renomear as coisas com a nova linguagem científica. Os exemplos desta explosão, que são vários, encontráveis nas obras dos diversos epistemólogos, mostram o caráter acontecimental inerente ao devir ciência. Segundo Bachelard, os pequenos acontecimentos explosivos constituem uma nova economia discursiva da ciência. Criando conceitos novos e recodificando os anteriores que permanecem, esta produção opera um salto em direção a um campo que supera, do ponto de vista da produção do conhecimento científico, os obstáculos epistemológicos internos ao pensamento-representação. Coloca-se, portanto, a produção de conhecimento objetivo em outros termos e problemas. E tal salto, enfatiza Bachelard, quando atinge a formalização e sistematização requerida, é de fato um progresso da ciência. Este progresso em ato da ciência moderna, longe de cerrar os avanços de suas descobertas em altares de verdades acabadas, sempre se alerta de seu inacabamento constitutivo. O progresso do novo espírito científico não tolera teorias acabadas. Suas verdades, embora sancionadas, são provisórias. O seu modo de operar joga com o erro de relações positivas. É somente com estas ressalvas que se fala na epistemologia de progresso: diferente do sono dogmático da representação, nas palavras do epistemólogo J. Cavallès, o progresso científico é uma “perpetua revisão dos conteúdos para aprofundamento e rasura”.<sup>15</sup>

A nova dinâmica ciência, segundo este ponto de vista, convulsiona continuidades por demais triviais, ou melhor, situadas no falso. Situar no falso, não é *ser* falso, mas sim, segundo a história

---

<sup>15</sup> CAVAILLÈS, Jean *apud* FICHANT, Michel, *op. cit.*, p. 152.

epistemológica das ciências, *estar* sobre categorias abandonadas, não mais produtivas. A ciência da descontinuidade é aquela que se retifica a todo instante. Logo, as falsas continuidades são desqualificadas enquanto explicações gerais. Isto livra a epistemologia da crítica de elogio ao descontinuismo vulgar: denunciar as falsas continuidades é impor ao discurso científico o caráter progressivo dos *atos epistemológicos*, a impossibilidade de sustentação dos pensamentos enraizados num solo epistemológico superado. Por exemplo, não se explica mais o estágio atual da ciência como uma lenta maturação de um germe rumo ao seu esplendor final; e sim como rupturas contínuas que, colocando novas questões e retificando e transformando as velhas, levaram um campo determinado de aplicação científica a uma mudança de solo epistemológico. Não há mais um estado acabado da verdade científica, ela está sempre por se fazer e se refazer. Esta dinâmica própria ao “novo espírito científico”, que se localiza nos estágios atuais do desenvolvimento da ciência, dá a elementos intrínsecos aos discursos científicos um novo estatuto: não se refere mais a termos como “objeto”, “sujeito”, a fim de ver as mesmas entidades imutáveis como se via no cogito cartesiano; não se dá mais a mesma relevância para as experiências imediatas, ou melhor, o saber científico volta-se contra o universo dos conhecimentos imediatos e pouco reflexivos da curiosidade ingênua; os seus objetos já não são os mesmos; enfim, o padrão operatório da produção racional científica segue uma outra linha de diferenciação.

E esta singularidade conduz a reflexão científica a problemáticas novas. São vários os seus efeitos. Apontar um acontecimento não basta somente. É necessário também percorrer seus efeitos em ato. Para isso ocorreu-nos fazer um breve recorte para não perdermos de vista nosso problema. Gostaríamos de analisar, mais de perto, estes efeitos acerca de pontos específicos: o conceito, o erro e o acontecimento. Pensamos que, ao analisar estes três elementos da disciplina epistemológica, poderemos atingir pontos que entrem em ressonância com o modo pelo qual a epistemologia de Bachelard dialoga com o saber histórico das descontinuidades.

Ou melhor, por estes três pontos podemos ver a efetividade avaliativa do saber histórico que é descontínuo por definição. E se recorreremos aos demais epistemólogos não é para homogeneizá-los segundo um raciocínio comum e, sim, para enfatizar a potência singular do método epistemológico.

Por escolher como campos da pesquisa epistemológica áreas avançadas do conhecimento científico, a física e a química moderna, Bachelard pôde enviar suas análises conceituais sob pano de fundo de racionalidades que já abandonaram o plano da representação. A teoria da relatividade de Einstein, por fundar um novo espírito científico, leva consigo os sinais de falência da física geométrica. Seus desenhos não são mais representações geométricas, são cálculos desenvolvidos por uma complexa linguagem especializada e instrumentalizada. Por isso, ao epistemólogo pertence a tarefa de psicanalisar as imagens conceituais, situadas numa racionalidade superada. Os conceitos são analisados em concomitância à sua história e as imagens, que os fazem fixar seus desenvolvimentos em generalidades por demais rápidas e pouco atentas, são substituídas por teorizações bem mais inflacionadas de experimentação. O vetor de abstração de um conceito físico ou químico é o que o eleva à categoria de cientificidade. Mediante ao trato do epistemólogo, o conceito deixa de sublimar imagens gerais. O conceito é tomado, assim, como dotado de história. Dessensualizado o conceito pode ceder à força da abstração, rompendo com o conhecimento das representações gerais sensitivamente imediatas. Além disso, essa abstração não é uma instância transcendente que se aplicaria ao real. A abstração na ciência moderna cria o real e a situação na qual o conceito deve capturar. Não é somente o conceito que é uma criação, uma invenção, mas seus próprios objetos e fenômenos também são inventados pela abstração regulada da racionalidade científica. Ou seja, a própria experimentação é um gesto de criação. É neste sentido que a ciência conceitual é um processo de criação. Os conceitos já não representam mais a coisa, mas sim eles criam as “coisas”, ou melhor, os objetos das investigações da ciência. Esta nova maneira de operar do conceito coloca-o sob uma relação

singular com o saber histórico. O conceito como processo de criação, cuja função é ampliar as experimentações, não deve ser tomado como referência *a priori* da razão científica, exterior ao próprio discurso científico, e sim deve ser procurado no solo epistemológico no qual se situa, segundo os obstáculos e atos que superam ou fundam. Assim, a história conceitual judicativa da epistemologia não utiliza o saber histórico para fundar princípios. Um conceito é um acontecimento sempre de limites contornáveis; e a unidade do conceito, diferente das formulações fundamentais, é a mesma do acontecimento. A história das ciências, desse modo, é a atividade judicativa pelo qual se institui as normas sancionadas da experimentação científica.

Portanto, o saber histórico desvia-se do estatuto que lhe era conferido na época clássica: o de memória; e abandonando as margens, a memorização dos fatos observados, um novo modo de saber histórico insere-se na experimentação seguindo manejo próprio. Torna-se condição de criação nas ciências, pois as retificações conceituais implicam o conhecimento de não mais ter que partir do zero, logo este conhecimento é perscrutado por uma trajetória de exercício, cujas mudanças e reorganizações são produto de sua elaboração. E sua racionalidade somente é posta com precisão ao final das experimentações, ao término das experiências, experiências controladas, determinadas por um índice de abstração e cálculo, porém não completamente previsíveis. Logo, expostas à ação da novidade, as ciências modernas tecem uma relação positiva com o erro.

Desse modo, na dinâmica epistemológica de produção científica de conhecimento, a experimentação, característica singular das racionalidades atuais, mantém um jogo com o erro bem diferente de como tratava a observação, princípio fundamental da razão clássica. Não se exclui o erro do espaço de produção. Aliás, no campo epistemológico moderno o erro assume um singular estatuto: retirado dos umbrais clássicos da não-razão, ele é incorporado à reflexão científica. Porque não há mais verdade última da ciência, segundo Bachelard, "A verdade só ganha seu pleno sentido ao fim de uma polêmica. Não poderia haver aí verdade primei-

ra. Não há senão erros primeiros”.<sup>16</sup> As verdades das ciências atuais são provisórias, daí o que se normatiza como verdade num momento da ciência, em outro é retificado, senão como erro. O jogo do erro positivado, como condição da criação científica, traz consigo uma economia específica da reflexão epistemológica. A recorrência do erro instala-se na maneira de fazer ciência. Não é mais o erro excluído da memória observadora, impassível aos conteúdos irracionais da vida. Numa história normativa o erro é decorrência de juízos sempre parciais e inacabados. E como olhar para o passado da ciência tendo o erro um estatuto positivo? Como esta nova dinâmica da racionalidade científica trataria da sua história, daquilo que a precedeu, mas que não a pertence mais?

Segundo Bachelard, este problema se resolveria num ato dialético. Não seria uma dialética aos moldes hegelianos, em termos de síntese, mas uma dialética entre passado sancionado e passado superado. O novo espírito teve que abandonar os obstáculos epistemológicos da razão clássica, seu passado inatual, para se constituir em sua positividade criadora. E este salto rumo à abstração deve ser visto, segundo a epistemologia, como um progresso. Um caminho sem volta, pois os métodos alquímicos não cabem na química contemporânea.

Em Canguilhem, há um esforço ainda mais visível de renovação acerca do estatuto do erro. O vetor rumo à abstração calculada não dá conta da especificidade do vivo, segundo a história da biologia feita por Canguilhem. Se um determinado princípio valesse como regra geral, a epistemologia histórica estaria andando a par daquilo que justamente tanto criticara. A história da vida não se encontra ancorada no vetor abstrativo constitutivo das ciências físicas e químicas, de maneira que se tratando da história da biologia não se pode fazer um uso depreciativo das imagens. O campo de estudo das ciências da vida, como Canguilhem definiu ser seu campo de pesquisa, exige uma formalização e um conteúdo distinto do que é praticado nas histórias da química, da física e da

---

<sup>16</sup> BACHELARD, Gastón *apud* CANGUILHEM, Georges, *op. cit.*, 1972, p. 50.

matemática. Se não há uma depreciação tão incisiva das intuições e mitos, é porque nas ciências da vida os conceitos são carregados de significações extra-rationais que atuaram de fato na constituição de um saber, mesmo que a história judicativa de seu passado o obriga vê-lo como superado. É por este motivo que, segundo Canguilhem, a biologia, para constituir-se enquanto ciência, precisou reavaliar o estatuto de irreduzibilidade do normal ao patológico. Visto que em Claude Bernard e em August Comte, que buscaram positivar a ciência médica, campo do qual emergiu a ciência biológica, não admitia a irreduzibilidade entre a saúde e a doença. Muda-se os objetos, o campo de racionalidade é outro. E como não se admite uma Razão geral, o próprio modo de operar da epistemologia deve ser revisto. E se a biologia opera um corte em relação às histórias naturais clássicas, se a medicina anátomo-fisiológica se difere da medicina taxionômica, não é na mesma medida em que a química moderna se distancia da alquimia. Assim, para formar-se enquanto ciência, a medicina, segundo Canguilhem, solapou a diferença qualitativa entre o normal e o patológico, reduzindo-a a uma diferença quantitativa. Desse modo, expurgando da doença a metafísica do mal, a medicina pôde se institucionalizar como ciência.

É aqui que intervém o vitalismo de Canguilhem: para este caso, a descontinuidade não poderia tornar-se norma, foi preciso revalorizar os mitos, as imagens, os erros da medicina clássica, para reescrever a singularidade do conceito de vida como qualitativamente diferente da morte. Por isso, em se tratando da singularidade da vida, segundo Canguilhem, certas continuidades tiveram de ser mantidas e erros reavaliados.<sup>17</sup> Entretanto, não se despreza o vetor abstrativo. O conceito de organização, imprescindível para a constituição biológica do conceito de vida, não tem o mesmo sentido tal qual utilizavam os naturalistas. Segundo a bio-

---

<sup>17</sup> Para um exame minucioso da especificidade de Canguilhem no interior da epistemologia histórica ver o texto de Delaporte, "A história das ciências segundo G. Canguilhem". In: PORTOCARRERO, Vera. *Filosofia, História e Sociologia das ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

logia moderna, a vida como uma organização de órgãos e tecidos desde um processo vital, inclui uma abstração singular, diferente da abstração matemática. Trata-se então de uma abstração qualitativamente distinta da física e química.

Para nosso propósito o importante é perceber na epistemologia um trato específico do conceito: o objeto das histórias das ciências. É no conceito que esta nova racionalidade científica se ratifica. A presente forma conceitual das ciências modernas em muito se distancia da forma representativa da razão clássica. Nesta não há conceitos, no sentido atual, o que há são figurações de objetos naturais, dados e observados pela sensação imediata. Na epistemologia, o conceito assume uma função singular: os conceitos criam seus objetos.<sup>18</sup> São as abstrações científicas, sustentadas conceitualmente, que criam o real: a estrutura atômica não é visível imediatamente, somente com o complemento de uma determinada aparelhagem técnica, e jogando com abstrações teóricas, é que podemos construir os objetos da química moderna, sendo ela o discurso científico sobre a matéria. O conceito é o objeto da história das ciências judicativas. E estas são imunes às inércias linguísticas. Os conceitos são avaliados em vista do solo epistemológico que os engendram, e assim vê-se que não se diz a mesma coisa sobre a imóvel palavra. Além disso, segundo a epistemologia histórica, a própria noção de “coisa” muda. Os conceitos não representam mais algo imediatamente referenciável. O conceito é um efeito de uma experimentação criativa, sendo que é a experimentação mesma quem cria este objeto, inexistente antes dela. Desse modo, não são coisas os fenômenos da ciência, são experimentações inventadas mediante cálculos e abstrações os “objetos” da ciência.

Os acontecimentos são deslocados para os conceitos. Não são mais acontecimentos estrondosos ligados a figuras geniais que efetivariam um dado latente a uma época. Os acontecimen-

---

<sup>18</sup> BACHELARD, Gastón, *op. cit.*, 2001 e CANGUILHEM, Georges, *op. cit.*, 1972, p. 49.

tos, segundo a história das ciências, são conceitos que, na sua coerência interna, introduzem pequenos desvios na tessitura de uma determinada ciência mediante constante reiteração experimental. Segundo a linguagem epistemológica, um acontecimento é sempre o deixar para trás obstáculos epistemológicos que emperram a reflexão e a prática científica. Não há mais espaço para os acontecimentos estrondosos, fruto de grandes gênios da época, que criam do nada ciências formadas em toda sua formalização e rigor. Os acontecimentos científicos são, agora, silenciosos por definição e obtidos no interior das experimentações teóricas e práticas. Além disso, um acontecimento na ciência sempre se relaciona com a verdade, pois o domínio da ciência é o espaço do discurso verdadeiro. E a verdade, segundo os epistemólogos, não é um dado *a priori*, exterior à história. Se há verdade na ciência, ela se constitui na retificação incessante da atividade científica. E a recorrência crítica de uma história sancionada, não quer dizer a utilização de um modelo geral capaz de dar conta da verdade. Logo, uma verdade científica é a realização de um conhecimento em ato, desprovido de generalizações primeiras. Acrescenta-se a isso o insistir acerca da não linearidade da verdade científica. De modo algum o progresso da verdade é linear. As transformações epistemológicas modificam a própria natureza da atividade e pensamento científico.

Para terminar a exposição do nível epistemológico, gostaríamos de contrapor a reflexão epistemológica à obra de Thomas Kuhn, um herdeiro do pensamento lógico-empirista contemporâneo da epistemologia. Canguilhem, a respeito dos conceitos basilares do pensamento de Kuhn, paradigma científico e ciência normal, diz:

Uma vez que paradigma e normal pressupõem uma intenção e atos regulamentares, são conceitos que implicam a possibilidade de um desfasamento ou de um desvio em relação àquilo que regularizam. Ora Kuhn fá-los desempenhar esta função sem lhes definir os meios, não lhes reconhecendo senão uma forma de existência empírica, como fatos de cultura. O paradigma é o resultado de uma escolha

de utentes. O normal é o comum a uma coletividade de especialistas numa instituição universitária ou acadêmica, num dado período. Os conceitos estão tratados como se pertencessem à crítica filosófica quando, na verdade, se situam ao nível da psicologia social.<sup>19</sup>

Resta-nos ainda dizer que a epistemologia restitui às racionalidades científicas suas singularidades históricas. É nesse sentido que se dá a revolução histórica da epistemologia: não submeter a história de uma ciência a um modelo *a priori* de produção científica e nem aos progressos lineares da Razão, mas as modificações decorridas em seus atos mesmos, as suas transformações epistemológicas são o objeto de uma história das ciências de caráter descontínuo. Pois, afirmar a descontinuidade não é simplesmente um gosto estéril pelas polêmicas, é reconhecer a novidade que permeia a criação, sem aniquilá-la sob auspícios de um método geral que veria sempre a mesma coisa em todo lugar, conforme a postura niilista e a-histórica do senso comum, que para atenuar a emergência de uma linha, uma série da diferença singular, une tudo que se lhe apresenta a um modelo geral, ou ainda, em outros termos, reduz a variação experimental a um modelo teórico dado. Com efeito, afirmar a descontinuidade na história das ciências, reconhecendo as singularidades suscitadas por cada racionalidade científica, é realizar uma história efetiva das ideias, uma história que leva em conta as mudanças e os desvios. Dessa forma, a epistemologia histórica de Bachelard, de Canguilhem, de Cavaillès, de Koyré, promove a efetividade do saber histórico ao afirmar as descontinuidades singulares que afetam a história das ciências, fazendo com que o próprio pensamento possa mudar de natureza. Afirmar as descontinuidades como acontecimentos singulares do pensamento é afirmar a efetividade dos desvios, a efetividade da história no pensamento científico.

Explorando o último nível da *démarche* epistemográfica, res-

---

<sup>19</sup> CANGUILHEM, Georges, *op. cit.*, 1998, p. 22.

ta-nos alocar o território arqueológico esboçado por Foucault. Para a dimensão arqueológica da *demarché* epistemográfica, o problema não é mais a constituição das ciências modernas, do discurso especificamente científico. Muda-se a dimensão da pesquisa; a constituição das ciências, dos discursos legitimamente homologados enquanto científicos, não se converte mais em problema de pesquisa. Foucault, segundo a tese de Roberto Machado em *Ciência e Saber*, mantém com a epistemologia um diálogo pontual. A filiação objetiva não deixa de conter também uma ruptura manifesta. Ao fazer a arqueologia de discursos que não acenderam ao patamar de ciência, discursos que atuam ao nível de saberes, Foucault abandona o terreno da epistemologia, da racionalidade, e adentra-se ao nível de saberes, seguido das suas decorrentes práticas, e propõe a análise das formações discursivas, necessariamente não científicas, que tiveram emergência na modernidade, isto é, final do século XIX e que consistem em saberes, como as ciências humanas, a psiquiatria, a medicina, saberes não propriamente científicos, entretanto delimitados por uma lógica interna que não cessa de jogar com lógicas de outras instituições, como a Justiça, a Polícia, os Departamentos burocráticos, acarretando em práticas que marcam populações, loucos e corpos. Em suma, a arqueologia foucaultiana trata das “análises das transformações dos campos de saber”.<sup>20</sup>

A arqueologia não se interessa pela constituição científica de um saber, se este pôde atingir ou não um limiar de cientificidade. Para Foucault, dar primazia ao estatuto científico dos discursos não é suficiente para dar conta das análises das formações discursivas, pois, segundo ele, há vários limiares no interior de um conjunto de enunciados, sendo o científico apenas um deles. Logo, em seu trabalho não há, como no caso da epistemologia, uma correspondência tão estimada com a verdade dita científica. Há deslocamentos também relevantes que atuam em nível distinto ao grau da verdade científica. Daí, se sua análise almejasse os dis-

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, 2000, 190.

curtos ditos científicos, não englobaria saberes que não transpuseram esse limiar, havendo outros limiares de relevância igual aos científicos, como a positividade, a epistemologização e a formalização. Assim, sobre a relação ciência e saber na arqueologia, Foucault emenda: “a análise arqueológica, ao invés de definir entre eles uma relação de exclusão ou de subtração [...], deve mostrar, positivamente, como uma ciência funciona no elemento do saber”.<sup>21</sup>

O deslocamento da perspectiva de análise, da epistemologia à arqueologia, das ciências aos saberes, longe de evidenciar uma fraqueza da *demarché* epistemográfica, uma falta de fundamentação metodológica, lhe dá a força de uma potência mutante, em certo sentido rigoroso. Nesta perspectiva, um método é positivo, criativo, na medida em que não reduz todos seus díspares objetos e materiais a uma mesma lei. Isto é, um método que serve é um método que se difere de si mesmo, que muda de natureza na medida em que muda o plano de sua aplicação. Daí o método, a postura, o gesto epistemográfico em seu nível arqueológico se interessar por saberes distintos dos científicos.

Antes de desembocar no território arqueológico com o intento de retomar as formações discursivas que possibilitam a demarcação de mudanças e transformações ao nível dos saberes, é preciso resgatar o sentido de nossa hipótese. Falávamos então de uma maneira específica de fazer operar o saber histórico, entre certos autores franceses, que não são levados em conta no interior da disciplina histórica como ciência. Além disso, insistíamos também na supressão, por parte da ciência histórica, deste saber histórico diferenciado. Vimos, no nível epistemológico, circundando suas teses e campos científicos de aplicação, uma maneira de se lidar com o passado das ciências por meio de juízos normativos. Dessa forma, a história das ciências em muito se difere de um discurso histórico apoiado na exumação de uma memória. O saber histórico não é simplesmente um passivo acúmulo de fatos dados, é

---

<sup>21</sup> FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1986, p. 209. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves.

juízo normativo em ato segundo as teses epistemológicas. Assim, a história das ciências é a avaliação crítica deste passado exterior ao presente solo epistemológico da reflexão científica.

No caso da arqueologia foucaultiana, o saber histórico adquire um estatuto ainda mais singular: pensar as transformações e mudanças no campo dos saberes. Entretanto, é preciso que nos instalemos melhor nessa forma de produção do discurso histórico, para percebemos de que saber histórico se trata. Por conseguinte, gostaríamos de partir do fino paradoxo que encabeça *arqueologia do saber*.

Foucault localiza neste texto o saber histórico em meio a um duplo movimento aparentemente antitético: por um lado, encontra-se marcado por um vetor descontínuo segundo campos de saber exteriores a disciplina histórica, como a história das ciências, do pensamento, da literatura. As rupturas passaram a ocupar um lugar decisivo na conjuntura destes saberes, não por um fervor descontinuista, mas sim por serem necessários outros tipos de relações. Entidades autoritárias, imagens insolúveis, foram retrabalhadas segundo a potência do descontínuo. Por outro lado, na disciplina histórica, contornos cada vez maiores foram elencados. É a vez da história dos *Annales*, da história de longa duração. Entretanto, não há antinomia, o que há é um paradoxo: estes fenômenos subsumem-se a uma “mutação autóctone” interior ao saber histórico. Essa mutação do saber estaria imbricada nos jogos da diferença que atravessam a constituição do discurso histórico. Tais jogos, nos ensina Foucault, entram em cena por efeito de um desvio no estatuto do documento: ao invés de fazer dos monumentos documentos de um passado presentificado, espreitá-los em sua verdade, faz-se dos documentos monumentos a serem descritos, elaborados pelo interior. E em decorrência deste movimento é que se perfila um saber das singularidades. Assim, continuidades e unidades sacralizadas pela imagem do pensamento clássico foram substituídas por outras regras de relação. Dessa forma, o autor, a obra, a tradição, continuidades há muito aceitas foram transpostas a fim de que um novo objeto fosse criado: os enunciados. Por conseguinte, as formas de relação entre os enun-

ciados engendram-se segundo um sistema de dispersão, que transforma as unidades precedentes, pois, se a unidade é então um sistema de dispersão não convém ainda chamar-lhe unidade, senão com outro sentido, visto não se trata da mesma coisa.

Se Foucault diz que seu problema são as regularidades discursivas, os discursos dispersos e heterogêneos que se constituem sob o sistema discursivo que lhe é próprio, é porque não se interessa por unidades previamente designadas e assim adotadas de antemão, sem exame. Segundo Foucault, a arqueologia, enquanto esforço de investigação das transformações dos campos do saber, não deve admitir atributos explicativos, traços constitutivos exteriores aos próprios conjuntos discursivos. Essa exigência se dá na medida em que se delimita como objetivo de sua atividade o estudo dos enunciados. Enfatizávamos há pouco como a concepção de discurso, segundo Foucault, teria uma dimensão prática intrínseca. Assim os enunciados discursivos não teriam uma existência vazia, quase metafísica, alijada de processos históricos, numa existência transcendente aos espaços sociais, tal como F. Dosse criticou Foucault apregoar.<sup>22</sup>

Os enunciados são formas de existência de sistemas discursivos inerente às formações sociais, aliás, são um modo específico de repartição do corpo social. Um conjunto discursivo, um saber, pode interagir com vários campos discursivos e de várias formas. E é por isso, para explorar a singular relação de um determinado campo de saber, e não outro, com um acontecimento específico, e não qualquer acontecimento, num nível específico, e não total, que Foucault encaminhou sua crítica a unidades previamente

---

<sup>22</sup> François Dosse mobiliza uma crítica à história efetiva cujo argumento reside na descentralização caótica do homem operada pelo advento da “ruptura estruturalista”, relegando aos acontecimentos um espaço linguístico imune ao campo social no qual se efetivariam. Longe disso, advogar uma “história efetiva” é perceber os desvios que não cessam de provocar torções no corpo social, inflectindo tensões de níveis específicos e singulares que não param de contrariar a memória estatal. Cf. DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001. Trad. Ivone Castilho Benedett.

te designadas. Não lhes sendo exteriores, as regras de formação dos sistemas discursivos são visadas junto a constituição específica dos enunciados, isto é, em seu interior. J. Ternes reitera o sentido da tarefa do arqueólogo quando afirma: "Ocupando-se, não com palavras, frases, proposições, mas com aquilo que as torna possíveis, o enunciado, ao arqueólogo falta tudo aquilo que dava segurança ao historiador tradicional. Nem sujeito, nem objeto, nem contexto, nem estrutura, o que resta? O enunciado em sua materialidade interna".<sup>23</sup>

Mas aqui poderíamos objetar ao arqueólogo se o sistema de dispersão, condição de possibilidade do campo de enunciação, não seria simplesmente um caos indiferenciado? Como se a arqueologia promovesse a simples instauração de uma unidade caótica, não conseguindo livrar-se do estigma de uma unidade previamente traçada?

Tais objeções não corromperiam a arqueologia, pois a legitimidade que advoga estaria pautada num aspecto exterior ao gesto arqueológico. Tudo aquilo que reivindicam diz respeito a algo que não pertence aos conjuntos discursivos: uma unidade previamente aceita que deslocaria o processo efetivo de formação discursiva rumo a um *já visto, já conhecido, já percebido*.<sup>24</sup> Assim, confundir sistema de dispersão com caos indiferenciado é submeter a dispersão à unidade, de maneira a reduzir o impensável do caos ao estatuto de não existente, à impossibilidade de devir um outro, diferente do já existente. Logo o que está em jogo nos sistemas de dispersão são outras formas de unidades, tão outras que não se adjetivam como unitárias.

Então, partindo de outros pressupostos, não mais externos, mas internos aos discursos, não lograremos cobrir toda uma ma-

---

<sup>23</sup> TERNES, José. *Michel Foucault e a idade do homem*. Goiânia: Ed. UCG, UFG, 1998.

<sup>24</sup> Segundo Foucault, a noção de *já visto* encontra-se duplicada sob um nunca visto, interdito. Daí o estendê-la não só ao visível, como também aos outros níveis arqueológicos, percepção e saber. Cf. FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, 1986 e MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

terialidade discursiva com modelos teóricos pré-formulados — isto sim que é instalar a materialidade produzida por uma sociedade num caos indiferenciado, no qual os elementos só adquirem seu sentido quando referenciados a planos exteriores — e sim visaremos, com a arqueologia, em relação aos conjuntos discursivos, especificá-los no espaço e individualizá-los no tempo. Para isso, para adentrarmos na singularidade de um sistema de dispersão, a arqueologia opera sob o modo descritivo.<sup>25</sup> Busca-se assim, na descrição, visar às regras de formação de um determinado conjunto discursivo. As regras de formação seriam as condições de possibilidade para que um conjunto discursivo tivesse uma forma de existência e não outra. Desse modo, para Foucault, o problema são as regularidades discursivas dos enunciados que, inseridas em práticas precisas e determinadas, compõem formações discursivas localizadas. Coerências internas de uma determinada formação discursiva legitimam práticas capazes de agrupar, num sistema de dispersão, enunciados heterogêneos. As regularidades que constituem a dispersão singular de um discurso não são fixas, eternas, dependem do agenciamento histórico em que se inserem, juntamente com os acasos e desvios característicos às práticas. Foucault elencou quatro níveis de acesso às regras de formação. São níveis que agrupam elementos internos

---

<sup>25</sup> É necessário enfatizar aqui que definitivamente não se trata da descrição segundo cunho positivista, aquela isenta de subjetividade, revelando a verdade do que é descrito, sem a intromissão dos sentimentos do pesquisador. A descrição, segundo Foucault, é um gesto de especificação e detalhamento que se liga ao nível do enunciado. Deleuze, acerca do cinema neo-realista italiano, propõe um conceito de descrição que nos ajuda a melhor compreender o sentido desta descrição não positivista. Assim, a descrição, como prática estética do neorealismo, “visa” um real, e por isso não busca representá-lo. Dessa forma, ao invés de representar um real apresentado em signos codificados, a descrição visaria um real não decifrável, um real composto de devires múltiplos. Logo o que está em jogo é uma descrição indiscernível do real-imaginário, um real efetivado nas palavras, em se tratando dos enunciados e nas situações óticas mesmas que o criam, segundo o cinema. Cf. DELEUZE, G. *Imagem-tempo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2005. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro.

aos discursos, buscando dispensar de antemão as sínteses exteriores a eles. Concentrando-se nos elementos constitutivos dos enunciados, os objetos, os modos de enunciação, os conceitos e as estratégias teóricas adotadas, a arqueologia não se obstina a buscar o dito verdadeiro nos discursos, encontrável sempre naquelas regiões situadas aquém ou além do espaço discursivo. A arqueologia se interessa pelos mecanismos constitutivos da materialidade interna dos enunciados. Dessa maneira, a arqueologia se interessa pelas formações e transformações de determinados campos de saber, que normalizam espaços discursivos do corpo social, segundo práticas específicas.

De início, poderíamos levantar uma objeção: não seria o objeto do discurso uma unidade pré-estabelecida tal qual aquelas que criticamos outrora? Como se os objetos de um determinado discurso fossem evidentes e homogêneos? Entretanto, não se trata de objetos naturalmente dados a sujeitos falantes marcados por “ilusões retrospectivas”.<sup>26</sup> Os objetos de um discurso, como, por exemplo, a psicopatologia, não pré-existe ao saber, assim, loucura, alienação e doença mental não comutam de um mesmo substrato de objetos, não dizem respeito a um mesmo objeto metamorfoseado nas diferentes formas de expressão. Os objetos se perfilam no próprio campo discursivo. E, se o discurso é uma forma de existência, o objeto do discurso só se engendraria, então, na prática efetiva dessa existência. É neste nível que se busca as regras imanentes para formação dos objetos do discurso: na prática específica, em suas relações enquanto forma de existência efetiva. Desse modo, os objetos se constroem segundo os planos de emergência, delimitação e especificação aos quais são submetidos. Estes planos que fabricam, delimitam e especificam os objetos de um determinado discurso, são as regras de formação, as regularidades, que lhe conferem um sentido de existência, não raro bem diferente de objetos aparentemente semelhantes. É por isso que o objeto do discurso não é algo dado naturalmente, so-

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, 1986.

mente esperando o momento de sua iluminação. O objeto se forma segundo um sistema de dispersão que lhe é próprio.

Os modos de enunciação do discurso não são simplesmente maneiras diferentes de dizer um mesmo discurso. Uma modificação na forma de expressão de um conjunto discursivo, tal como Foucault encontrara no momento de emergência da medicina clínica, mostra uma mudança na própria natureza do discurso. Mas não é em relação à consciência de um sujeito unitário que se deve creditar o motivo deste desvio, um sujeito que, tirando tudo de sua genialidade, seria capaz de codificar o novo discurso da medicina. E sim são quanto ao status de quem fala (quem tem acesso e legitimidade para sustentar este saber, sendo que no caso da medicina é a figura do médico), à lugares do discurso (onde cada vez mais o hospital, como uma espécie de laboratório médico, vem ganhar mais visibilidade), e à posição variável do sujeito, os elementos que, segundo este autor, dão conta de erigir as regras de formação de uma nova modalidade enunciativa.

A formação dos conceitos, numa outra instância, não é simplesmente a apresentação de uma família coerente de conceitos e nem a construção cadenciada de um edifício conceitual. Para dar conta do sistema de dispersão ao qual se submete os conceitos é necessário percorrer uma dimensão pré-conceitual. Não é porque esta dimensão seria aquém ao discurso, e sim porque, sendo intrínseca ao discurso, compõe o próprio plano enunciativo que permite a composição conceitual. Este campo é formado pelos campos de organização (a sucessão, os tipos de correlação e os esquemas teóricos nos quais se organizam as séries conceituais), pelos campos de presença (que permitem as conexões e as exclusões num determinado conjunto discursivo) e pelos procedimentos de intervenção (as técnicas de reescrita, os modos de tradução, os sistemas das proposições pelos quais submetemos os enunciados). Assim, sob a existência destas relações, de cunho dispersivo, é que podemos delimitar as regras que atuam na prática constitutiva do discurso.

Enfim, as estratégias teóricas não devem ser confundidas com unidades do tipo tema e temáticas. A singularidade deste nível de

um conjunto discursivo, a regularidade de sua prática específica, também se dá num sistema de dispersão, com lacunas e desvios, pois as estratégias não são somente a réplica malograda de um interesse pessoal disseminado sob um fundo teórico. Elas são examinadas segundo regras de relação: os pontos de difração e de equivalência pelos quais se dão os pontos de ligação que definem a sistematicidade interna de um discurso; a economia da constelação discursiva que define com quais outras séries este discurso cruzaria; e finalmente, a função de um conjunto discursivo em um campo de práticas não discursivas.

Dessa maneira, as regras de formação de um discurso compõem-se dos objetos, dos modos de enunciação, dos conceitos e das estratégias de saber que definem, desde a intrínseca dimensão prática, a existência efetiva de um discurso.

Além de percorrer as regularidades responsáveis pela formação de um sistema discursivo é preciso enfatizar que elas são regras em estrita correspondência, não são autônomas uma em relação às outras. Cada instância encerra relações específicas e as instâncias também se relacionam entre si. Também é preciso ressaltar que as formas singulares do discurso, na efetividade de sua existência, na regularidade de sua prática, não são imunes ao tempo. Segundo Foucault, a formação discursiva “determina uma regularidade própria aos processos temporais”.<sup>27</sup> É por isso que a singularidade de um discurso, a efetividade de sua existência, não é um dado imóvel, um produto acabado. Pelo contrário, a sua mobilidade advém da relação do discurso com outros discursos e com práticas não discursivas. Mobilidade ressonante na dispersão constitutiva do discurso.

Em suma, a arqueologia seria então esta disciplina, este nível da *demarché* epistemográfica, que se interessa pelas formações discursivas, suas mudanças, transformações e desvios. E uma formação discursiva, em sua forma de existência específica, é marcada por um sistema de dispersão. Desse modo, as unidades

---

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, 1986, p. 82.

precedentes ao exame, os modelos gerais que sobredeterminariam o modo de existência efetiva de um determinado discurso segundo um causalismo linear, regido por um princípio fundamental qualquer, seja a razão, seja a evolução da consciência e etc., são descartadas em nome da descrição da regularidade interior ao discurso.

Portanto, visto em seus diversos níveis, a *demarché* epistemográfica não deve ser tomada como uma progressão geométrica, e sim como espaços distintos da análise discursiva, que privilegiam níveis diferentes. E a marca desta trajetória seria justamente a acentuação da potência histórica interior aos conjuntos discursivos, científicos ou não. Atualizar a potência histórica, muito além de uma inépcia oposição entre continuidades e descontinuidades, uma reclamando à outra a primazia nas questões, é estar atento aos devires múltiplos e singulares que atravessam e compõem a história efetiva, ao acaso constitutivo dos arquivos. Daí a força da *démarche* epistemográfica como saber histórico específico: colocarmo-nos atentos às singularidades que atravessam a história, na efetividade de sua existência. E a existência de uma história efetiva se dá na medida que provoca rupturas nas maneiras de pensar e de produzir histórias, não respeitando aos modelos prescritos.

Recebido em março de 2009  
Aprovado em outubro de 2009